

**RAFAEL BORDALO PINHEIRO
E O ZÉ POVINHO,
AUTO-CARICATURA DO
PORTUGUÊS**

MEDINA, João¹

¹ *Professor Catedrático de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.*

RESUMO: Com o Zé Povinho, tocamos na essência caricatural do portuguesismo, do «Homo Lusitanus», ainda que sob o registro do burlesco e da sátira, marcado embora pelo momento histórico em que nasce (ele surge vestido e concebido como imutável da cabeça aos pés, desde a primeira vez que apareceu na *Lanterna Mágica* em 1875, pelo lápis de Rafael Bordalo Pinheiro): ele é Portugal, um certo Portugal ou uma certa maneira psicológica de retratar o Português com muitos defeitos (e algumas virtudes também) devidamente realçados ou caricaturados, com o seu atraso econômico-social.

PALAVRAS-CHAVE: Portugal, Zé Povinho, Estereótipo Nacional

ABSTRACT: In the personality of 'Ze Povinho' we are able to locate the essential caricature of the Portuguese character, of the 'homo Lusitanus', although marked by a touch of burlesque and satire typical of the historical moment in which it was written (he arrives fully-formed from the first moment that the character, created by Rafael Bordalo Pinheiro, appeared in *Laterna Magica* in 1875): he is Portugal, a certain Portugal or a certain psychological way to portray the Portuguese with many defects (and also some virtues) properly enhanced or caricatured, with its socio-economic backwardness.

KEY WORDS: Portugal, Zé Povinho, National Stereotype

Existindo desde 1875 aos nossos dias, provando, através da sua coriácea resistência, que não se limita a uma criação literária ou meramente satírica da Geração de 70, antes carrega consigo a simbologia da personalidade base dos Portugueses, o Zé Povinho merece ser estudado como uma das mais complexas e ricas criações culturais lusas, uma sinopse da própria mentalidade do povo que o engendrou e nele, através dum (duplo) *diminutivo* tão revelador, se tornou nosso símbolo totémico, ainda que nos custe aceitar essa imagem deprimente e incomodamente labrega que nos espreita do fundo do nosso espelho colectivo, este rosto bronco de um pascácio rural, este campónio mal vestido, de barba rala, colete e chapéu preto de rústico, calças de fazenda ruim, mãos nos bolsos, riso alvar, espécie de resignado Sancho Pança sem D.Quixote (e, talvez por isso mesmo, por falta deste guia sublime, sem uma gota de inquieta transcendência existencial ou de idealista fermentação metafísica a circular-lhe

no sangue)²... Não deixa de ser significativo que o nosso emblema nacional se possa definir, desde as suas entranhas anímicas, como rotundamente anti-quixotesco e também anti-fáustico, ou seja, como negação das duas inquietudes européias mais intensas e trágicas, sendo o nosso Zé uma figura essencialmente não-dramática.

Passados 130 anos sobre a sua primeira aparição nas páginas de uma gazeta satírica – a novidade exigia que o seu nome fosse, na altura, escrito por Rafael na perna do boneco assaloiado que o ministro da Fazenda assaltava sob o pretexto da festa de Santo António, legenda que nunca mais teve de ser repetida, porque toda a gente depressa se identificou com ele e o identificou como auto-caricatura da grei, assim como todos os colegas de Bordalo Pinheiro se apossaram do ícone e o utilizaram com grande gáudio dos seus leitores, a ponto de haver logo em 1880, um semanário portuense intitulado *O Zé Povinho*. De facto, com espantosa celeridade, o boneco pegou na caricatura nacional e todos aceitaram a função estereotípica do emblema como símbolo de todos nós, sem que para tal fosse preciso uma mínima explicação didáctica, o que nos leva a suspeitar que, por detrás desta figura mazorra de campónio se escondia, preparando-lhe desse modo a sua fácil assimilação posterior, o velho Parvo de Gil Vicente e, talvez ainda, os popularíssimos Bertoldo e Bertoldinho da literatura de cordel trazida da Itália e tão bem aclimatada entre nós.

Em suma, este protótipo nacional, criação dum certo «realismo» da geração setentista, por oposição a um outro paradigma, mítico esse e de recorte inteiramente distinto - o Camões do Tricentenário, proposto pelo sector republicanizante e positivista dos mesmos setentistas, fiéis ao magistério de Auguste Comte e ao seu propósito político-social de instaurar um calendário de heróis populares mobilizadores de energias e de exemplos cívicos -, perpetuando-se muito para além do ambicioso programa palingenésico

² Sobre a influência as ilustrações de Gustave Doré (edição francesa, 1863, do *D. Quixote*), no desenho do Zé por Rafael, veja-se o nosso estudo “Zé Povinho e Sanchoa Pança: filiação e convergência de dois estereótipos?”, in João Medina (dir. de), *História de Portugal desde os Tempos pré-históricos aos nossos Dias*, Amadora, Ediclube, s.d. (1993; reed. 1998), vol.XV, p.60-73.

do Tricentenário de 1880 e da panteonização do Bardo da Nação, resistindo a mudanças de regimes e de estatuto social, e, mesmo eclipsado como cartoon numa imprensa vigiada pelo paranóide Lápis Azul salazarista durante quase meio século, sobrevivendo a esse longo jejum funcional, até porque se refugiara no teatro de revista, onde ia cumprindo como podia o seu mester de totem caseiro e de novo Parvo vicentino, xabregas mas manhoso, como uma espécie de Soldado Chveick lusitano...

Com o 25 de Abril, saltou ele como um gamo, tomou conta dos jornais, teve ao seu serviço os maiores talentos do desenho e da sátira lusa, a começar com o maior de todos, o único descendente genial de Rafael Bordalo Pinheiro, ou seja, João Abel Manta. A este grande artista há que agregar, na lista dos cartoonistas que prolongaram o boneco de Bordalo Pinheiro, os nomes de Stuart Carvalhais, Alfredo Morais, Leal da Câmara, Alonso, Hipólito Collomb, Amarelhe, Francisco Valença e uns quantos artistas de gabarito mais modesto, como o Silva e Sousa do *Xuão* e do *Zé* ou esse aplicadíssimo Silva Monteiro, heróico funcionário da caricatura ao serviço dos *Ridículos*.

EMBLEMA E COMBATES DO ZÉ

Criado na *Lanterna Mágica* em 19-VI-1875, imediatamente assimilado e utilizado pelos demais colegas de Bordalo Pinheiro, a verdadeira natureza do *Zé* ficou, contudo, mascarada sob o aparente função de criticar a monarquia brigantina, o fontismo e a geringonça monárquico-constitucional. Em 1879, o semanário de caricaturas *António Maria*, crismado a partir do nome próprio da figura de proa do regime vigente - esse sempiterno António Maria Fontes Pereira de Melo que a princesa Rattazzi garantia ser o líder do sempre hegemónico Partido Regenerador, só se apeando da bestinha do poder para tirar umas férias e deixar que os outros políticos cometessem uns quantos disparates graves que tornassem o seu regresso inadiável...-, tornava-se um acto ritual da vida política caseira, a ponto de, a pouco e pouco, a figura do *Zé* se confundir com o crescente e cada vez mais vigoroso combate republicano contra a realeza e o seu pífio pessoal, deste modo escapando a

muitos - mesmo aos melhores como Eça, Antero, Oliveira Martins e outros - que este pseudo-camponês vindo à “Arca-da” (leia-se: o poder, o Terreiro do Paço, os ministérios) era, ao fim e ao cabo, o Português-tal-e-qual, a nossa representação étnica mais fiel e autêntica, a expressão, o rosto e a voz do nosso modo-de-ser nacional, mazorro e inerte, resistente passivo, mas sempre incapaz de teorizar qualquer Utopia ou pôr em prática um real desejo de redenção, ainda que servisse, na sua inércia de rústico avesso a todos os poderes, para exprimir o descontentamento de uma classe social cada vez mais empenhada em derrubar os Braganças – a média e pequena burguesia alfabetizada e urbana - e instaurar entre nós uma Polis livre e próspera, e que se supunha chamar República.³

Assim se compreende que, quando o queriam interpretar – com excepção de Ramalho, que nessa altura ainda era um homem lúcido, usando de uma prosa gaiata e divertida, talvez pelo muito convívio com o fino Eça de Queiroz, embora tivesse acabado como anti-semita e simpatizante do Integralismo Lusitano⁴ -, os articulistas da época, como Sebastião Magalhães Lima, o entendessem como um camarada de combate contra o rei, os seus validos e polícias. Por exemplo, na *Galeria Republicana*, quinzenário de sua responsabilidade, o director do *Século*, lançado em 1881 na seqüela dos entusiasmos do Tricentenário Camoneano ano anterior, o dito Magalhães sentenciava que o Zé, “na sua encarnação lorpa e

³ Recordamos alguns dos nossos estudos dedicados ao tópico de Bordalo Pinheiro e Zé Povinho: -”O Zé Povinho e Camões. Dois pólos da prototipia nacional”, revista *Colóquio-Letras*, Lisboa, nº 92, Julho de 1988, p.11-22. -”O Zé Povinho durante a República”, no nosso livro «*Oh! A República!...*». *Estudos sobre o Republicanismo e a I República portuguesa*, Lisboa, INIC, 1990, p.205-223. -”John Bull and Zé Povinho: the clash between two national stereotypes”, revista *Islenba*, Funchal, nº 10, Janeiro-Junho de 1992, p.19-34. -”O Zé Povinho, estereótipo nacional: a autocaricatura do «homo lusitanus»”, na nossa já citada *História de Portugal(...)*, vol. XV, p.49-181. -*Zé-Povinho sem Utopia*, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 2004.

⁴ Sobre o anti-semitismo de Ramalho, expresso nas *Farpas* a propósito da visita de Isaac Camondo a Portugal, recordemos os nossos artigos (em polémica com Fausto Lopo de Carvalho) «Ramalho Ortigão anti-semita» e «Resposta a um ramalhista caturra» na revista *Seara Nova*, nºs 1517 e 1520, de Março e Junho de 1972, p.27-29 e p.29-30, respectivamente.

boçal, não é apenas um figura qualquer para despertar o riso e a gargalhada das multidões. Longe disso, ele por si personifica uma sociedade aviltada pela opressão dos grandes e dos poderosos em que o abuso é lei e a imoralidade norma de vida, a ignorância e a miséria o único fim dos governos (...)”(*Galeria Republicana*, nº 11, Junho de 1881). A miopia desse guru da imprensa de barrete frígido não lhe permitia ir mais longe e descortinar no Zé Povinho, muito mais do que uma mera forma de denúncia dos defeitos de um regime ou de um sistema de governação de “liberdade outorgada”, uma poderosa e realista caricatura satírica do modo-de-ser e do psiquismo nacional, um estereótipo que, antes de mais e acima de tudo, exprimia o nosso *ethos*, a nossa alma mais íntima e verdadeira, ainda que disfarçado de labrego analfabeto: 79,2 % de iletrados em 1878...

Foi preciso que, só no final desse século, quase 25 anos depois de ter iniciado a sua pasmosa carreira como símbolo nacional, um brasileiro lograsse ver no Zé, muito mais do que um simples ícone satírico semelhante aos de Daumier, Gavarni, Tenniel, Leech, Thomas Nast ou Henri Monnier, “o tipo imortal de uma nação, superior a todas as fantasiosas caricaturas dos franceses, dos ingleses e dos americanos”(Eduardo Salamonde, *Bordalo Pinheiro*, Rio de Janeiro, 1899). E sublinhava ainda este crítico que, dos diversos tipos criados pelos demais artistas gráficos estrangeiros, “nenhum é tão exacto, tão sentido, tão perfeito, tão étnico, tão nacional como o Zé Povinho.”: Este brasileiro acertava em cheio no alvo ao dizer qual o sentido profundo do nosso Zé, muito mais étnico do que o John Bull dos britânicos ou o Tio Sam dos ianques: um personagem psicológico, um símbolo colectivo, o Português com todas as suas taras e algumas qualidades.

O ZÉ JÁ MORREU?

Agora, três décadas passadas sobre a transfiguração de 1974, em que estamos? O Zé, é óbvio, não morreu nem se reformou, mesmo que tivesse deixado de ser um rústico e um analfabeto dos velhos tempos de Fontes, do João Franco ou do Dr. Afonso Costa, mostrando-se, bem ao contrário do que ima-

ginavam os que garantiam que uma sociedade só engendra os emblemas de que precisa e, depois, cria outros para preencher novas necessidades simbólicas, que, mesmo mudando de pele e de base social, o nosso estereótipo se mantém no activo, sendo utilizado todas as semanas, na nossa imprensa mais crítica (*Visão, Público, Expresso, etc.*), pelos nossos cartoonistas mais talentosos. Não, o nosso Zé ainda aí esta, vivo e actuante pela mão dos melhores, mesmo depois de João Abel Manta, acabado o PREC abrilista, o ter deixado aos mais novos e aos novíssimos como Rui Pimentel ou Luís Afonso, desmentindo, assim, os que o supunham morto e enterrado por deixar de corresponder a um país que nele se revisse como num espelho fiel. O fecho definitivo dos portões do Império africano, o regresso a Ítaca de tantos milhares de lusos dispersos em diaspórica presença pelo globo terráqueo, e até a nossa entrada na CEE e a nossa ulterior caminhada dentro dessa União Europeia, bem como a nossa aparente diluição na identidade mais vasta dessa grande e ambiciosa comunidade de destinos e de sonhos não anularam o significado deste totem doméstico. De modo que lá anda ele, neste Portugal re-europeizado, num país de serviços, onde a União Europeia paga aos nossos camponeses para se absterem de amañhar a terra, sempre apto a representar-nos, como nos tempos do seu pai Rafael, desmentindo os nossos alegados avanços ou progressos que o tornariam caduco e arcaico – na realidade, somos agora inconvictamente “europeus”, como outrora tínhamos sido “liberais” de acordo com a Carta outorgada e, mais tarde ainda, tínhamos fingido que éramos “republicanos”, vegetando, em seguida, durante quase meio século, manietados e amordaçados em Ditadura pura e dura, para nos acharmos, reconquistada a liberdade, fantasiados de “revolucionários” e “socialistas”, mas essencialmente como um povo naufragado na própria praia de onde partíramos - sob o olhar consternado de um velho que, na praia do Restelo increpava com feroz eloquência esses estouvados Ícaros comandados pelo Gama e ferreteava a nossa fatal “glória de mandar, vã cobiça” (*Lusíadas*, canto IV, 95) -, para irmos além do Bojador e mesmo de Taprobana, e agora, tendo passado do esmagador sector primário para um crescente e hoje onnipotente

sector terciário, nos sentimos nulos e vácuos e nesta “orla vã da praia” ocidental (Fernando Pessoa). Aí vai um número: 62,8 % da população activa no sector dos serviços, contra 4,1 % no primário, segundo o censo de 2001.

Contudo, esta viragem histórica não lançou o Zé no desemprego simbólico, não lhe deu um substituto como envelhecido emblema bronco e catatónico, inerte e sofrido, conformista e alheio a todo o sonho utopizador, de modo que vamos continuar a ter no Zé Povinho, quer isso nos agrade ou não, o nosso melhor (e único) verdadeiro auto-retrato como povo – aliás, *povinho*, já que nunca logrou ser, como prognosticara erradamente Ramalho Ortigão, “simplesmente povo”, como ele o dizia, comentando no *Álbum das Glórias*, em 1882, o primeiro daguerreótipo oficial, então executado pelo seu pai, mestre Rafael Bordalo Pinheiro. Em suma, mesmo modernizado, europeizado, alfabetizado e terciarizado, livre do naufragado Império ao qual dedicou tantos séculos de improfícuos esforços e inglorias labutas - Império no qual, como o neurasténico Velho do Restelo dos *Lusíadas*, nunca acreditou, antes tomou sempre como fonte de infindáveis desastres e misérias -, o Zé persiste em assegurar o papel de estereótipo nacional, porquanto, na sua essência anímica, nas veras da sua alma mais íntima, nas suas entranhas mais ônticas e no seu recorte psicológico mais fundo, perene e arcaizante, ele continua a representar a mesma inércia, a mesma comunidade nacional sofredora, apática, descrente, nihilista e, só ocasionalmente, capaz de raríssimas explosões de cólera, sempre esporádicas e inconsequentes, expressas através de um gesto fálico brutal, próprio, aliás, de quem não sabe falar, pois nunca se alfabetizou moral, cívica ou escolarmente o suficiente para encarregar gente mais dotada da palavra para exprimir as suas cóleras, justos queixumes ou legítimas aspirações.

O ZÉ COMO “HOMO LUSITANUS”

Com o Zé, criado por Bordalo Pinheiro, tocamos, é certo, na essência caricatural do portuguesismo, do «Homo Lusitanus», ainda que sob o registo do burlesco e da sátira, marcado embora pelo momento histórico em que nasce (ele surge vestido e concebido como imutável da cabeça aos pés,

desde a primeira vez que os prelos o parturejaram na *Lanterna Mágica* desse ano de 1875, tendo como parteiro o lápis de Rafael Bordalo Pinheiro): ele é Portugal, um certo Portugal ou uma certa maneira psicológica de retratar o Português com muitos defeitos (e algumas virtudes também) devidamente realçados ou caricaturados, com o seu atraso económico-social (daí a sua extracção camponesa, o seu ar de laparoto, sintetizando, dest'arte, a imensa maioria do país rural, o sector primário, cujo peso era esmagador na pirâmide do nosso oitocentos, ultrapassando os 60 % em 1890, quando a Inglaterra nos desfechava a clavina do Ultimato, obrigando-nos a defender com unhas e dentes o que nos restava do destroçado Mapa Cor de Rosa), a inércia duma vida produtiva feita de frustrações e revoluções industriais falhadas, uma certa menoridade cultural e cívica, um ser duplamente diminuído no seu irónico (ou carinhoso) rebaixamento onomástico: um José Povo que deu em Zé Povinho, um ridicularizado pseudo-detentor da Soberania, sendo esta suposta residir nesse mesmo Povo soberano desde que os vintistas importaram para esta desolada Baratária os vistosos ideais da Revolução Francesa e a sua panóplia de Direitos, Liberdades e Garantias, por esse nobre ideário sofrendo amargos exílios nas França, Inglaterra e Açores, passando, depois, as passas do Algarve, desembarcando no Mindelo, resistindo no Porto sitiado aos milhares de baionetas do usurpador D.Miguel (baionetas que Herculano, numa imagem forte, dizia que os malhados tiveram de partir uma a uma...) e lutando ainda por muitos anos para que, um dia, os bacharéis lusitanos pudessem piar no parlamento e o povinho fruir da excelsa benesse do sufrágio (ainda que censitário)...

Há no pobre Zézinho luso, desde o seu berço tipográfico, algo de lapuz, de analfabeto, homem rude, espesso, desleixado, saloio, obviamente alheio a letras, e de todo em todo ignorante do que sejam os princípios da Revolução Francesa, da vitoriada e gargarizada Liberdade das discursatas dos oradores oficiais da Ilusitânia e ainda de tantos outros chibantes programas, conceitos e ideários que aqui pouco entraram, não fossemos nós o reino da Ortodoxia, dos esbirros do Santo Ofício, dos bufos retóricos do Dr.Salazar e da au-

sência social do Cogito, já que, para encontrarmos hereges ou transgressores, há que passar a raia com a Espanha ou ir buscá-los mais além dos Pirinéus, porquanto os caserios são logo expedidos para São Julião da Barra, Açores ou Terrafal...

O ZÉ, UM SÍMBOLO IMÓVEL?

O Zé foi criado há 130 anos e, nessa medida, detém uma invejável longevidade simbólica e popular, o que mostra, desde logo, que tem sabido resistir heroicamente – da sua especial heroicidade peculiar, a Resistência Passiva (como o sublinhou Leite de Vasconcelos) - como símbolo da nosso modo de ser e pensar, do nosso comportamento e da nossa Ética colectiva, para não falar da nossa Política: ele é, desde a primeira vez que apareceu numa ilustração da *Lanterna Mágica*, um produto directo do Fisco (tido como expressão evidente do esbulho, do arbítrio e da violência sobre o cidadão inerme e impecunioso, todos esses pobres pulhas que somos) e adversário neurasténico e permanente de todos os que governam, ainda que seja incapaz de teorizar sobre a estrutura da Polis ou imaginar sequer, como labrego iletrado que é (em 2001, ainda tínhamos, cá dentro, 9 % de ignaros totais), uma forma de a melhorar ou substituir por outra, já que lhe falta de todo qualquer inclinação crítica cogitativa...

Muito ao invés do seu quase contemporâneo do Tricentenário, o Zé nunca se propôs então, nem alguma vez se lembraria depois, ao longo de todo um século de vida, de se oferecer como espelho excelso do País: criação realista de um membro da geração que fez as Conferências do Casino e sonhou com um impossível socialismo proudhoniano, o Zé é um estereótipo satírico concebido para epitomizar a inércia, o desconforto atávico e o cepticismo pirrónico dos Portugueses diante do regime constitucional, fontista esse «conjunto de sofismas e ficções (Augusto Fuschini), o Zé Povinho depressa se autonomizou do seu criador para voar com asas próprias: nas mãos de Leal da Câmara, Celso Hermínio, Francisco Valença, Amarelhe, Alonso, Stuart de Carvalhais e tantos outros artistas gráficos portugueses posteriores, sobretudo os que, abolido de vez o ríspido Lápis Azul da Ditadu-

ra, retomaram nos nossos dias a sua *persona*, como João Abel Manta e Rui Pimentel, ele depressa se impõe como aquilo que doravante, sobretudo (ou apenas), será: um símbolo do Português, *Portugal em pessoa*, feito grotesca e ridícula figura visível, escarninha e escarnecida.

Em suma: emblema do *modo de ser português*, conformista, conformado, apático, resignado, incapaz de transcender esse pesadelo monótono chamado História. Talvez por essa razão a passagem dos anos não faça envelhecer o Zé, já que ele resiste, *passivamente* como é seu sestro, a todas as mudanças e metamorfoses da realidade. Ele é, nesta medida, essencialmente não-dialéctico. Como Portugal.



Escultura do Sr. Constantinos, artista de Caldas da Rainha/Portugal, retratando Rafael B. Pinheiro e Zé Povinho (fazendo seu peculiar manguito). Foto: Daniel Medina.

REFERÊNCIAS

MEDINA, João. “Zé Povinho e Sancho Pança: filiação e convergência de dois estereótipos?” *História de Portugal desde os Tempos pré-históricos aos nossos Dias*. Amadora: Ediclube, s.d. (1993; reed. 1998), vol.XV, pp. 60-73.

_____. O Zé Povinho e Camões. Dois pólos da prototipia nacional. *Revista Colóquio-Letras*, Lisboa, nº 92, Julho de 1988, pp. 11-22.

_____. O Zé Povinho durante a República. “Oh! A República!...”. *Estudos sobre o Republicanismo e a I República portuguesa*. Lisboa: INIC, 1990, pp.205-223.

_____. John Bull and Zé Povinho: the clash between two national stereotypes. *Revista Islenha*. Funchal, nº 10, Janeiro-Junho de 1992, pp.19-34.

_____. O Zé Povinho, estereótipo nacional: a autocaricatura do «homo lusitanus». *História de Portugal desde os Tempos pré-históricos aos nossos Dias*. Amadora: Ediclube, s.d. (1993; reed. 1998), vol.XV, pp.49-181.

_____. *Zé-Povinho sem Utopia*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2004.

_____. Ramalho Ortigão anti-semita. *Seara Nova*, nº. 1517, março 1972, pp.27-29

_____. Resposta a um ramalhista caturra. *Seara Nova*, nº. 1520, Junho de 1972, pp.29-30.

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Colegiado do Curso de Letras — Campus de Cascavel

REVISTA LÍNGUAS & LETRAS

Versão eletrônica disponível na internet:

www.unioeste.br/saber